

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

O Governo Federal está realizando um programa emergencial de recuperação de estradas, para corrigir uma situação que prejudica profundamente a coletividade e põe em risco a indispensável infraestrutura sem a qual o País não pode crescer e se desenvolver.

Erros acumulados ao longo de décadas transformaram a malha viária nacional numa estrutura precária e de alto risco, responsável em parte por ocorrências que provocam mortes, ferimentos e grandes prejuízos.

A prevalência que o Brasil atribui ao transporte rodoviário – em detrimento das ferrovias e da navegação de cabotagem (litorânea, entre os portos nacionais, indispensável numa nação de grande extensão territorial, como a nossa) -, sobrecarga de responsabilidades do setor público – sem transferência para o segmento privado de parte razoável da administração e conservação das rodovias – recursos insuficientes para manutenção e fiscalização, desvio para outras finalidades dos grandes fundos arrecadados em forma de impostos e taxas dos empresários do setor rodoviário e motoristas – são alguns dos motivos da situação nas rodovias, que o Governo Federal agora procura reverter.

A responsabilidade pela situação precária das estradas não é responsabilidade exclusiva da área federal. Tanto quanto outras tarefas fundamentais, é repartida entre diversas esferas administrativas.

É importante salientar que Brasília transferiu recursos apreciáveis para os Estados e delegou parcialmente a responsabilidade de manutenção das rodovias aos governos locais. Mas enquanto alguns Estados tocaram satisfatoriamente a tarefa, outros se omitiram,

agravando uma situação que compromete o crescimento e o desenvolvimento.

Curiosamente, entre os críticos da péssima situação das estradas brasileiras estão alguns administradores estaduais que não empregaram devidamente o dinheiro que receberam com essa finalidade.

No atual estágio político e administrativo brasileiro governos central, estaduais e municipalidades têm que repartir entre si importantes missões, tais como proporcionar serviços de saúde, educação, segurança e manutenção de infra-estrutura – caso das estradas.

Essa divisão de tarefas se faz de maneira incompleta e imperfeita. No caso das rodovias, passou dos limites suportáveis.

Quando uma parte dos segmentos responsáveis falha – caso da manutenção das estradas – as consequências são as piores possíveis.

A recuperação das estradas brasileiras, que começou pelo Sudeste e Sul, deverá, por etapas, estender-se ao Norte e Nordeste. Corrigindo um quadro adverso que já começava a criar um clamor da opinião pública.

Recuperar as estradas brasileiras é fator prioritário da atual política de desenvolvimento adotada pelo Presidente Lula.

Humberto Martins.